

# **PRIMAVERA LATINA: corpo e performance de mulheres latinas nos protestos de 2019<sup>1</sup>**

## **LATIN AMERICA SPRING: body and performance by Latin America's women in protests of 2019**

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz<sup>2</sup>

Lívia Gomes Laudares<sup>3</sup>

Deize Ferreira Paiva Lopes<sup>4</sup>

Tomás Soares Pereira German<sup>5</sup>

Tayrine Vaz Silva<sup>6</sup>

**Resumo:** *O presente artigo busca compreender como os corpos femininos representados em imagens jornalísticas dos protestos da “Primavera Latina” podem ser compreendidos como repertórios de ação política. Quais as similitudes encontradas nessas imagens de manifestações realizadas em diferentes países da América Latina em 2019? A partir da articulação entre a noção de repertório como performance (Tilly, 2008), e a teoria performativa de assembleia (Butler, 2016), realizou-se uma análise visual de fotografias de reportagens publicadas em sites jornalísticos brasileiros. Concluímos que há três tipos de repertórios em comum acionados nesses protestos: a) a configuração de quem é o povo a partir dos corpos na rua; b) a vulnerabilidade dos corpos femininos expressa em confrontos especialmente envolvendo autoridades policiais e c) a vulnerabilidade acionada como potência política, a partir de performances, corpos em luta, corpos mensagens, símbolos e signos e expressões de maternidade.*

**Palavras-Chave:** *Protestos. América Latina. Repertório como performance. Análise visual.*

**Abstract:** *This article aims to understand how female bodies represented in journalistic images of "Primavera Latina" protests can be understood as repertoires of political action. What are the similarities found in these images of demonstrations held in different Latin American countries in 2019? From the articulation between the notion of repertoire as performance (Tilly, 2008), and the performative theory of assembly (Butler, 2016), a visual analysis of photographs of reports published on Brazilian journalistic websites was carried out. We conclude that there are three types of repertoires in common triggered by these protests: a) the configuration of who the people are based on the bodies on the street; b) the vulnerability of female bodies expressed in confrontations especially involving police authorities and c) the vulnerability triggered as a political power, based on performances, bodies in struggle, message bodies, symbols and signs and expressions of motherhood.*

**Keywords:** *Protests. Latin America. Repertory as performance. Visual analysis.*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política, do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), credenciada ao PPGCom. Doutora pela mesma universidade. regianelucasgarcez@gmail.com.

<sup>3</sup> Jornalista e mestrandia em Comunicação pelo PPGCom-UFMG. laudareslivia@gmail.com.

<sup>4</sup> Jornalista e mestrandia em Comunicação pelo PPGCom-UFMG. deizeepaiva@gmail.com.

<sup>5</sup> Publicitário e mestrando em Comunicação pelo PPGCom-UFMG. tomasspgerman@gmail.com.

<sup>6</sup> Jornalista e mestrandia em Comunicação pelo PPGCom-UFMG. vstayrine@gmail.com.

## 1. Primavera(s) Latina(s)?

Uma série de protestos conhecida como Primavera Latina<sup>7</sup> marcou o ano de 2019 em toda a América Latina e, apesar de os conflitos terem ocorrido em países vizinhos, não possuem – à primeira vista - um motivo comum. O nome faz referência à Primavera Árabe, quando em 2010 e 2011 uma onda de protestos inundou as ruas de países do Oriente Médio e norte da África. Foram manifestações da sociedade civil contra os governos autoritários e contra a desigualdade que culminaram, em alguns países, na queda dos governos e no avanço dos direitos humanos<sup>8</sup>.

Na América Latina, embora tenham sido realizados os protestos em vários países ao longo dos anos, eles se intensificam em 2019, especialmente no segundo semestre. Na Bolívia, a lisura das eleições presidenciais foi questionada, resultando em renúncia de Evo Morales, ações militares e protestos contra e a favor do presidente. No Chile, o viés neoliberal do governo provocou uma onda de protestos contra propostas para o plano previdenciário e o aumento de impostos e tarifas. As reivindicações foram recebidas com violência do Estado, que chegou a cegar mais de 200 pessoas, e matou outras 23<sup>9</sup>, e diante disso, a população vai às ruas pelo direito de estar nas ruas sem ser violentada. Um severo programa de ajuste fiscal também foi um dos estopins dos protestos argentinos contra aumentos e diante de um país em crise e de um governo conservador. Na Venezuela, oposição e situação entraram em embate pela permanência ou renúncia de Maduro. Com um cenário internacional desfavorável, o país começou a sofrer sanções econômicas que precarizaram ainda mais a vida, fazendo com que muitos venezuelanos fossem às ruas ou buscassem asilo em outros países. O fechamento do congresso, no Peru, foi um dos motivos para que a população fosse às ruas como forma de apoio a um dos líderes do movimento, Martín Vizcarra, candidato à presidência derrotado nas eleições. Escândalos de corrupção que envolvem o presidente e a empresa Odebrecht também alimentam os conflitos. No Equador, o estopim foi o fim dos subsídios aos combustíveis, seguido de greve nacional. O impacto não só no valor dos transportes, mas de qualquer bem ou serviço que utilizasse combustíveis atingiu, de forma mais incisiva, os povos indígenas, que

<sup>7</sup> A primeira menção à expressão “Primavera Latina” data de 2017, mencionada no site do intelectual francês Thierry Meyssan <https://www.voltairenet.org/article196386.html>. Acesso em 22 de fev de 2020.

<sup>8</sup> Outros países como a Síria e o Iêmen ainda enfrentam guerras civis e forte instabilidade política e econômica.

<sup>9</sup> O número de mortos faz parte de informações coletadas de reportagens até o dia 16 de novembro de 2019.

foram também às ruas. No Brasil, as ações do governo Bolsonaro - e seus apoiadores nos estados - foram os principais motivos para as pessoas irem às ruas. São elas cortes na educação, desmanche de pastas importantes, posicionamentos diante das queimadas da Amazônia, ou do óleo no litoral do país, política indigenista, ações de policiais que culminaram com a morte da menina Ágatha, no Rio de Janeiro, dentre outras.

Esses foram alguns, dos inúmeros protestos que emergiram na América Latina em 2019 em reflexo do final da chamada Onda Rosa. Compreendida entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2010 a Onda Rosa<sup>10</sup> na América Latina foi caracterizada pela ascensão de representantes populares ao poder e mais alinhados a ideias de esquerda e centro-esquerda. O período se notabilizou pela conquista de direitos de classes menos favorecidas historicamente na região e pelo ganho democrático, percebido principalmente pelo aumento da diversidade representativa no poder<sup>11</sup>. Assim, os países latino americanos se viram escrever na história primeiros chefes do executivo indígenas, mulheres e operários. Também foram percebidos conquistas sociais como o Bolsa Família no Brasil e o Bono Jacinto Pinto, na Bolívia, que incentivou a permanência de crianças na escola no país.

Não estamos certos dos reflexos desses protestos em relação à democracia e ao cenário das esquerdas e direitas no continente. Também não é possível prever se, nos mesmos moldes que a Primavera Árabe, o continente vai passar por intervenções externas ou aprofundamento dos conflitos. Sequer sabemos se é uma primavera ou um inverno da democracia, a começar pelo cenário democrático extremamente comprometido no Brasil. É certo, entretanto, que a guinada neoliberal na América Latina foi retomada, embora Argentina e México tenham já encerrado esse ciclo e retornado a governos mais progressistas. A despeito desse cenário, este trabalho<sup>12</sup> versa sobre as imagens produzidas pelo fotojornalismo brasileiro acerca desses

---

<sup>10</sup> A Onda Rosa foi primeiramente observada na Europa com a ascensão de governos progressistas ou mais próximos a esquerda ao poder. Em 1997, após anos de conservadorismo a Grã-Bretanha elegeu Tony Blair, do partido trabalhista britânico, como primeiro ministro. Na França, Lionel Jospin, do Partido Socialista, ganhou as eleições presidenciais no mesmo ano. Hugo Chávez foi o primeiro presidente da Onda Rosa Latino-americana, também eleito no final da década de 1990. No Brasil, Lula, em 2003, iniciou um período da centro-esquerda no poder.

<sup>11</sup> O ganho democrático não foi percebido em todos os países da região, nem durante todo o período. A Venezuela, primeiro país da América Latina a entrar na Onda Rosa, foi material de análise de Steven Levitsky (2018) no livro *Como as democracias morrem*, por possuir um governo populista de esquerda com tendências autoritárias. A Bolívia, apesar de todos os ganhos sociais que Evo Morales gerou no país, não podemos esconder suas constantes tentativas de golpes para permanência no poder, ainda que Evo não tenha um viés autoritário e violento como Maduro e Chávez.

<sup>12</sup> O trabalho é parte de uma pesquisa maior que procura compreender a Primavera Latina e a complexa rede de relações políticas, históricas e culturais conformada pelos países latinos que tiveram protestos a partir de 2019.

conflitos. A partir da articulação entre a noção de repertório como performance, de Charles Tilly (2005; 2006; 2008), e a teoria performativa de assembleia, de Judith Butler (2016), realizou-se uma análise visual com o objetivo de compreender *como as vulnerabilidades de corpos de mulheres revelam sofrimento, potência política e um imaginário de povo*, categorias acionadas por Butler (2016).

São, sem dúvida, protestos com pautas e contextos diversos, mas nossa tarefa aqui é justamente tentar estabelecer um fio de análise a partir do qual seja possível capturar elementos comuns entre essas imagens, a partir de uma perspectiva que compreende a América Latina como categoria analítica (Gruzinski, 2006). De início, em comum entre os países da América Latina podemos mencionar o passado colonial, a democratização recente, a desigualdade econômica e a questão racial como elemento que aprofunda desigualdades estruturais. É a região mais desigual do mundo (PNUD, 2019), com incidência da pobreza maior nas áreas rurais e entre indígenas e negros (Cepal, 2019). A urbanização acelerada acentua o quadro de pobreza, o que é considerada uma das origens dos protestos de 2019<sup>13</sup>.

As questões de gênero, ainda que não sejam a temática principal da maior parte dos protestos, podem também nos fornecer essas características comuns aos protestos, visto que são transversais a todos eles. Expressam-se nas imagens dos corpos que sofrem violência, na ancestralidade marcada nos corpos, na maternidade, e por muitas outras marcas que articulam as matrizes racional-iluminista e simbólico-dramática latino-americanas (Sunkel, 2016; p. 139).

Além das contribuições aos estudos de gênero, este artigo busca aprofundar a noção de repertório como performance – interrompida após a morte de Tilly em 2008 – a partir do cotejamento com a teoria da performatividade de Judith Butler (2016). Desde o início de sua obra, nos anos 1970, Tilly perseguiu formas de analisar comparativamente conflitos de diferentes lugares e distintas circunstâncias. O conceito de repertório fez parte desse esforço. O artigo busca contribuir também com o campo de estudos visuais dos movimentos sociais (Matoni, Doerr, Teune, 2013), uma vertente crescente que surge logo após o *visual turn*<sup>14</sup>. Por fim, acreditamos, assim como Feola (2018) que análises de imagens, de performances e de atos

---

<sup>13</sup>“Por que a América Latina é a 'região mais desigual do planeta’”. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>>. Acesso em 22 de fev. de 2020

<sup>14</sup> No início dos anos 90 houve uma “virada visual” nas humanidades, inspirando um debate teórico sobre o “poder das imagens” em conflitos políticos (Mitchell, 1994), representando o domínio visual como um local de luta com uma vida própria.

corporais em situação de protesto são subteorizados pela teoria democrática. Pretende-se, portanto, contribuir também com tais estudos.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, discutimos o conceito de repertório como performance e a centralidade do corpo e da vulnerabilidade como agência. Em seguida, apresentamos uma discussão sobre a análise visual dos movimentos sociais e a organização metodológica do estudo. Na terceira parte, apresentamos os dados coletados das imagens e por fim discutimos qualitativamente esses achados.

## 2. Corpo, repertório e performance: eixos analíticos que se cruzam

Para compreender como as vulnerabilidades de corpos de mulheres podem ser compreendidas como agência política e configurar imaginários de povo nos protestos latino-americanos, organizamos nossa discussão em três eixos teóricos: a) desenvolver a noção de repertório como performances, b) discutir os corpos em aliança como repertório de ação e c) a configuração da ideia de povo.

Ao longo da sua vida, Charles Tilly se debruçou sobre os estudos de confrontos<sup>15</sup> políticos, buscando explicá-los como parte de processos políticos, culturais e históricos que configuram as relações força na sociedade (1978; 2001; 2005)<sup>16</sup>. A noção de repertório estaria no cerne dessa estrutura de mobilizações e seria a faceta cultural dos confrontos pois busca compreender os modos como a cultura molda possibilidades de ação (Alonso, 2012).

Inicialmente, Tilly (1978) definiu repertórios de ação como um conjunto de instrumentos e práticas que, aos serem descritos, poderiam evidenciar a existência de padrões de ação coletiva partilhados por diferentes sociedades, tais como as greves, por exemplo. A definição foi considerada bastante estruturalista (Cohen, 1985), pois considerava as transformações dos repertórios lentas ao longo do tempo, super valorizava a dimensão estratégica, não detalhava o processo de apropriação e desenvolvimento desses repertórios e desconsiderava sua relação com valores, crenças e produção de sentidos (Melluci, 1995). A mesma crítica rendeu algumas reformulações do conceito ao longo de 30 anos, conforme apresentado por Alonso (2012),

---

<sup>15</sup> Traduzimos aqui *contention* como “confronto” e *contentious* como confrontacional, da mesma forma que boa parte dos autores brasileiros (Alonso, 2012) e que as traduções de artigos de Tilly para a língua portuguesa (Tilly, Tarrow, McAdam, 2009).

<sup>16</sup> A teoria do confronto político, inicialmente chamada de Teoria do Processo político, considera as manifestações como formas de mobilização coletiva que se apropriam tanto de janelas de oportunidades ou de ameaças políticas quanto de uma estrutura de mobilizações preexistentes, como associações, redes, dentre outros.

resultando em 2005 na versão que nos interessa neste trabalho: a noção de repertório como performance (Tilly, 2005; 2006; 2008).

Ao invés de um conjunto de práticas e ações, gradualmente Tilly passa a discutir o modo como os agentes manejam suas performances – e não mais rotinas – condicionadas por um conjunto de variáveis, dentre as quais cultura local, costumes e valores. Performances se aglutinam em repertórios de rotinas reivindicatórias. Esses, por sua vez, só podem ser apreendidos durante as próprias performances de confronto - “aprender a marchar marchando” (Alonso, 2012; p. 31). As performances modificam os repertórios, de maneira ininterrupta, envolvendo processos como escolha, interpretação, compreensão, improviso ou aprendizagem, de maneira a considerar os contextos de microinteração social, a vida vivida e suas contingências.

Embora Tilly não tenha retomado a vasta literatura existente sobre performance como aspecto organizador da vida social, a última versão da noção de repertório foi um dos seus principais legados (Alonso, 2012). É nesse ponto que pretendemos articular as contribuições de Butler (2016) especialmente na obra *Corpos em aliança e a política das ruas*. Butler trata não exatamente de performance, mas de performatividade, “um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos.” (p. 35). A noção de performatividade em Butler está centrada na ideia arendtiana do direito de aparecer como política, cuja linguagem possui papel fundante. Butler avança e concede ao corpo a mesma importância que possuem os discursos e pluralidades de opiniões para Hannah Arendt. O aparecimento traz algo à condição de existência e, por sua vez, pode desafiar um conjunto de normas as quais “se espera que muitos não apareçam ou sejam legalmente proibidos de fazê-lo” (p.42).

Em Butler é impossível uma “fuga da existência corpórea” e a própria liberdade política deve se reconciliar com as necessidades do corpo<sup>17</sup>. É preciso considerar que a vida de alguns são abreviadas mais facilmente que outras e sequer podem estar na esfera do aparecimento para reivindicar vidas vivíveis. “[...] o corpo, ou antes, a ação corporal concertada - reunião, gesticulação, permanência, todas as partes componentes da ‘assembleia’ que não são

---

<sup>17</sup> Essa é uma das principais críticas a Hannah Arendt (1951), que apresenta o reino privado como o reino da necessidade, relegando as questões de sobrevivência à esfera do lar. Para ela o aparecer seria uma pré-condição do discurso e apenas este contava como ação política.

rapidamente assimiladas pelo discurso verbal - pode significar princípios de liberdade e igualdade”(p. 55).

O corpo cuja resistência corporal plural e performativa desafia ou reproduz normas, resiste ao mesmo tempo que revela a sua precariedade, a fome, as necessidades, a dor, e busca estabelecer novas formas e condições de aparecimento. Para esses, a luta para formar alianças é fundamental, pois não busca apenas estabelecer um lugar na esfera de aparecimento existente. Ao invés disso, os corpos em aliança produzem uma fenda na esfera do aparecimento (p. 57) expondo as contradições dessa esfera que determina quem são os inelegíveis ou os dignos de serem vistos. A aliança expõe uma crítica das relações de poder que operam para manter alguns como “desconsiderados e inelegíveis” na esfera pública.

Obviamente Butler parte de uma reflexão filosófica que difere do aparato sociológico de Tilly para explicar as ações coletivas, mas que o complementa em alguns sentidos. Primeiro, ambos consideram que o agir coletivo é uma forma importante de superar injustiças e é no “entre” corpos, ou nas microrelações anteriormente apontadas por Tilly. Embora em Butler isso está ancorado no reconhecimento da interdependência e da coabitação humana não violenta e em Tilly (2008) nas interações conflitivas como unidade básica da vida social. Segundo, existe em ambos uma clara necessidade de indicar suportes de ação corporificada, com ruas e praças e ambientes materiais, os *media*, com seus símbolos e signos. A performance em Tilly é esse conjunto de ações *em ação*, mas Butler reconhece a necessidade de considerar as condições materiais do aparecimento. A própria performatividade reconfigura essas condições, redefinindo o que é público<sup>18</sup>. Terceiro, em ambos os sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos (Tilly, 2008), ou ainda, a consideração de que os corpos são discursivos também (Butler, 2016).

O que nos interessa aqui enfatizar é que pode ser frutífero pensar o corpo como repertório de ação, que leva em conta a criatividade para reconfigurar a vulnerabilidade como potência a partir de uma política das assembleias e dos corpos em aliança. Tilly nos auxilia a pensar as estratégias a partir dos elementos culturais, costumes e valores que perpassam as performances em uma perspectiva comparativa, enquanto Butler concede à linguagem e ao corpo essa centralidade a partir da ideia de vulnerabilidade dos corpos como potência política.

---

<sup>18</sup> Um dos exemplos usados por Butler é o das mulheres muçulmanas que tiveram o seu direito de aparecer com véu negado na França sob argumentação de um “feminismo universal”.

Outra contribuição de pensar os corpos em aliança como repertório de ação é a definição sobre *quem é o povo*. Nenhum agrupamento ou assembleia popular representa o povo na sua totalidade. A ideia de povo é articulada e negociada e tende a aparecer não somente quando a afirmação “nós, o povo” é feita ou quando é numericamente expressiva. Para Butler, “a assembleia já está falando antes de qualquer palavra ser pronunciada” (p. 173). Os corpos reunidos, seus gestos, vocalizações e silêncios, seus modos de agir em conjunto pluralmente possuem uma função expressiva e possibilidades de autodeterminação política quando há liberdade de assembleia. E ainda, podem ser contestados na sua autodefinição de povo no momento em que aparecem: esse é realmente o povo? Quais as operações de inclusão e exclusão?

O cotejamento do pensamento de Tilly e Butler nos concede ferramentas sociológicas e metodológicas para pensar os corpos em aliança das mulheres latinas, ao mesmo tempo em que nos apresenta concepções nas quais possamos considerar as precariedades dos sujeitos não apenas no seu dano ou injustiça, mas na sua potência política.

### 3. Análise visual nos movimentos sociais

Pensar o corpo como repertório de ação nos protestos na América Latina requer pensar modos de captura e análise das vulnerabilidades potentes dos corpos femininos nas fotografias jornalísticas. A presença de imagens em protestos não é nenhuma novidade. Os movimentos sociais tem suas manifestações intrinsecamente ligadas a sentidos visuais, de maneira estratégica ou imprevista. Também não é novidade o estudo de imagens produzidas pelos movimentos sociais ou sobre eles. Entretanto, esses estudos se referem às imagens para exemplificar ou ilustrar seus argumentos (Doerr, Mattoni, Teune, 2013). São raras ainda as análises sistemáticas dos aspectos visuais ou a integração dessas análises a estudos mais amplos. Como boa parte das ciências sociais, as análises são focadas nos textos. “A negligência do visual não é um problema exclusivo da pesquisa em movimentos sociais. Ela reflete uma perplexidade geral de cientistas sociais quando confrontados com imagens” (Doerr et al, p.xii)

Inspirados pelo *visual turn* nas humanidades na década de 1990, os estudos sobre conflitos políticos só recentemente passaram a compreender o terreno das imagens como lugar de luta com vida própria, associadas a um estoque complexo de conhecimentos e experiências



culturais, quadros e identificações, e que são interpretadas, enquadradas e reformuladas por atores políticos. É o que Mirzoeff chama de contravisualidades (2011) ou formas de luta via imagens. Esses métodos ainda não estão amplamente consolidados e tem nas análises de enquadramento a maior parte dos estudos (Philipps, 2012).

Neste trabalho articulamos algumas perspectivas metodológicas no sentido de contribuir com o campo, para realizar uma análise de conteúdo que dê conta de fotografias sobre diferentes contextos. Primeiro, adotamos a premissa de Barthes sobre a relação paradoxal das imagens com a realidade; são consideradas para *representar* a realidade como ela *é* (Barthes, 1977; Sontag, 1979), especialmente as fotografias jornalísticas que possuem teor mais documental. A fotografia não é apenas percebida, recebida, *é lida*, conectada mais ou menos conscientemente pelo público em um processo sociológico que envolve um diálogo, por assim dizer, entre a fotografia e sociedade. O significado de uma fotografia é sempre contextual e histórico e, portanto, dependente do conhecimento do leitor. Ademais, há que se considerar que “nenhuma fotografia de multidão pode representar o povo quando nem todas as pessoas têm o poder de se reunir na rua” (Butler, 2016; p. 182). São justamente as maneiras de selecionar e editar é que vão contar quem é o povo. Logo, não descartamos a materialidade tecnológica dos modos com que vulnerabilidades e povo são representados.

Segundo, é fato que nem sempre as fotografias vão promover transformações sociais esperadas pelos movimentos sociais. Elas podem gerar uma certa dormência ou apatia (Sontag, 2003). Entretanto, acreditamos que fotografias de sofrimento corporal ou de lutas sociais que apresentam símbolos de injustiça possuem um potencial de difusão transnacional significativo, o que é importante para a nossa análise das imagens sobre diversos países. É claro que a fotografia do sofrimento ou da luta é sempre local, mas essa capacidade de difusão, diferentemente dos enunciados linguísticos, permite que essas experiências locais sejam radicalmente desagregadas em nossa modernidade global (Sontag, 2003; Olsen, 2013) e que as análises passem por filtros transnacionais, tais como o modo com que nós, brasileiros, olhamos para as imagens.

Em terceiro lugar, nos agrada a ambição de Tilly et al (2001)<sup>19</sup>, de tentar compreender confrontos de diversas naturezas e ocorridos em diversos lugares. Na análise comparada, Tilly (2005) define características “modulares” – atributos semelhantes encontrados em confrontos

---

<sup>19</sup> Tilly, em especial, construiu um grande banco de dados sobre “encontros confrontacionais” na Inglaterra oitocentista a partir de notícias de jornal e categorização por verbos.

de diferentes contextos; mas inclui um olhar mais culturalista ao indicar também características “singulares” – atributos encontrados em cada cultura. Desse modo, em nosso estudo nos centraremos nas características modulares dos protestos - as que se repetem nos diversos países, visto que como pesquisadores brasileiros ainda não possuímos repertório suficiente para identificar os atributos singulares de cada país.

Dito isso, optamos aqui por realizar uma análise de conteúdo das imagens que fosse capaz de captar essa modularidade de diferentes países por meio da descrição dos elementos da imagem. Em seguida, adotamos três eixos analíticos obtidos pelos cruzamentos teóricos entre Tilly e Butler: a) a configuração de quem é o povo a partir dos corpos na rua; b) a vulnerabilidade como sofrimento ou como distribuição desigual da precariedade c) a vulnerabilidade acionada como potência política.

### **Metodologia**

A nossa unidade de análise são as fotografias nas quais estejam explícitas as vulnerabilidades de corpos performados como femininos. Compreendemos aqui vulnerabilidades de duas maneiras, para além daquela condição existencial da qual fala Butler. Primeiro como “uma condição socialmente induzida, que responde pela exposição desproporcional ao sofrimento, especialmente entre aqueles amplamente chamados de ‘precários’ para os quais o acesso a abrigo, alimentação e cuidados médicos é muitas vezes bastante limitado” (BUTLER, 2016, p.12). Segundo, como uma potência de criação e fomento de múltiplas formas de existência e resistência (GILSON, 2014, p.310). Como esta pesquisa trata do corpo como repertório, selecionamos imagens cujos corpos femininos estivessem em situação de dano ou injúria ou em situação de luta, protestos e insurgências.

Nossa análise se voltou para fotografias encontradas em notícias publicadas em sites jornalísticos brasileiros, tanto da mídia de referência quanto das mídias alternativas. A pesquisa exploratória comportou uma busca *online* no *Google* filtrando pelas palavras-chave “protestos” seguidas do termo “nome do país”, em notícias de 2019. Foram coletadas e analisadas apenas imagens publicadas em reportagens de veículos jornalísticos brasileiros, pois nosso interesse era compreender como essas performances são ressignificadas pelos periódicos brasileiros e como essa análise comparada pode ser feita a partir de um terreno de sentidos comum possíveis de ser capturados por pesquisadores brasileiros.

Foram analisadas fotografias de 43 veículos jornalísticos, locais e nacionais. São sites de jornalismo de referência, como por exemplo O Globo, Folha de S. Paulo, etc; independentes, como a Agência Pública e outros; e públicos, como a Agência Senado. Alguns deles defendem posturas mais conservadoras ou progressistas, como a Jovem Pan e a Carta Capital respectivamente. Os três veículos com maior número de imagens coletadas são G1, Folha de S. Paulo e Exame, respectivamente com 9, 8 e 8 imagens. Foram excluídas as reportagens compartilhadas que se repetiam ao longo da busca. O recorte da análise se restringiu às fotografias que apresentavam corpos reconhecidos como femininos, em um total de 96 imagens, distribuídas em 74 matérias diferentes de 27 manifestações<sup>20</sup>. O número de imagens foi dividido da seguinte maneira entre os países: Argentina - 6, Bolívia - 11, Brasil - 34, Chile - 26, Equador - 9 e Venezuela - 10. Colômbia, Paraguai e Peru também tiveram conflitos, mas as imagens de mulheres nas manifestações foram em número pouco expressivo: uma ou duas imagens por país.

Uma primeira etapa da análise consistiu em desenvolver um livro de códigos para identificar os países, veículos, os tipos de manifestação, as características dessas imagens e as vulnerabilidades explícitas dos corpos das mulheres nas ruas<sup>21</sup>. Em seguida, realizamos a análise de conteúdo no programa *Excel* e num segundo momento, a partir dos dados organizamos nossa análise nos eixos analíticos anteriormente mencionados

---

<sup>20</sup>1) Argentina: Manifestação contra Bolsonaro na Argentina; Protesto contra Macri; Protesto pela legalização do aborto. 2) Bolívia: Protesto contra candidatura de Evo Morales; Protesto contra eleição de Evo Morales; Protesto contra golpe contra Evo Morales; Protesto após golpe contra Evo Morales; Protesto antes do golpe contra Evo Morales. 3) Brasil: Manifestação do Dia Internacional da Mulher; protesto contra as queimadas na Amazônia sob o governo de Bolsonaro; morte da menina Agatha, no Alemão, RJ; protesto contra a Reforma da Previdência; manifestação contra o Ministério de Educação sob governo Bolsonaro; Marcha das Margaridas a favor das mulheres do campo e em defesa da Previdência; 1ª Marcha das Mulheres Indígenas em defesa dos direitos indígenas; Manifestação pró-Lula encontra manifestantes contra Lula no Brasil; Manifestação de mulheres contra o parto forçado/PEC das cesáreas. 4) Chile: Manifestação contra a violência policial; Manifestação contra aumento de tarifas de metrô; Manifestação contra a presença de Bolsonaro no Chile; Manifestação contra a violência sexual; Manifestação contra o toque de recolher no país; Manifestação contra aumento do custo de vida e desigualdade de renda no país. 5) Equador: Protesto contra austeridade. 6) Venezuela: Manifestação em apoio a Nicolás Maduro; Manifestação contra Nicolás Maduro; Manifestação por direitos na Venezuela

<sup>21</sup> Os códigos são: a) país; b) jornal brasileiro; c) manifestação; d) tipo de manifestação (festiva, confronto com violência, perturbador sem confronto, protesto pacífico); e) identificação do posicionamento pela imagem (sim ou não); f) enquadramento da imagem (enquadramento na expressão facial, enquadramento na Expressão corporal individualmente, enquadramento em uma situação que pode ser de conflito, confronto, performance, grupo de pessoas, contrastes de primeiro e segundo plano e enquadramento aberto); g) temática do protesto (se é ou não de gênero); h) símbolos e signos (bandeiras, lenços, cartazes ou faixas, elementos étnicos ou culturais (cocar, turbante, etc), objetos artísticos ou de performance, máscaras, instrumentos musicais, camisetas, flores); i) se há explicitação de confronto (com ou sem violência); j) se há a presença de autoridade militar ou policial, k) se há a presença de corpos povo, l) vulnerabilidades/sofrimento, m) vulnerabilidades potência e n) sujeitas do feminismo.

#### 4. Mapeamento dos corpos repertório: multidões, símbolos e vulnerabilidades

Em uma primeira descrição das 96 imagens, identificamos que 9 (9,38%) imagens apresentavam manifestações festivas, enquanto 25 (26,04%) evidenciaram confronto ou violência, 20 (20,83%) foram manifestações pacíficas, em 34 (35,42%) delas foi identificado um tipo de confronto perturbador<sup>22</sup>; enquanto em 8 (8,33%) imagens não foi possível identificar o tipo de manifestação.

Ao analisar se era possível identificar o posicionamento a partir da análise da imagem, foi possível identificá-lo em 78 das 96 imagens, o que corresponde a 81,25%, contra 18 imagens (18,75%) em que o posicionamento dos manifestantes não foi possível de ser inferido. Acerca dos enquadramentos, identificamos o enquadramento da imagem em situações (seja de conflito, confronto, performance ou grupo de pessoas) em 60 das 96 imagens; além de aparições de contrastes de primeiro e segundo plano, seja entre mulheres x homens, ou instituição x povo em 11 delas; houve enquadramento na expressão corporal de forma individualizada em 10 imagens; enquadramento na expressão facial predominante em 10 imagens; e enquadramento aberto, de multidões, em 5 imagens.

Sobre os temas das imagens de protesto analisadas, a demanda de gênero é a principal causa do protesto em 17 imagens; enquanto em outras 17 as demandas de gênero se inter cruzam com as manifestações de outras temáticas; já em 24 imagens a demanda de gênero não aparece explicitamente, são mulheres que aparecem em manifestações com outras temáticas; nas 38 imagens restantes não foi possível identificar a temática da reivindicação.

Quanto à identificação de usos de símbolos e signos, de todas as imagens em apenas 16 delas não há identificação desses símbolos. Em 27 delas são mostradas bandeiras de países ou regiões, em 11 são mostrados lenços (em especial nos protestos do Chile, mas também na Argentina, Brasil e Venezuela), em 29 fotografias são mostrados cartazes ou faixas, em 13 elementos étnicos ou culturais, em 17 objetos artísticos ou de performances, em 5 máscaras, 8 camisetas com mensagens e 6 outros elementos (flores, painéis, instrumentos musicais, etc).

Para identificar se as imagens consideravam uma categoria de povo, consideramos todas aquelas que apresentavam um grupo de pessoas pequeno, médio ou as grandes multidões, conforme gráfico abaixo (Figura 1). Em 66% das imagens da Argentina foi possível identificar

---

<sup>22</sup> Feola (2018) indica dois tipos de reivindicação, uma que requer uma discussão com vistas a restaurar o consenso ou criar um novo; e um segundo tipo, que é o perturbar os destinatários de suas reivindicações como um estímulo a ações de melhorias.

a categoria de conformação “povo”; na Bolívia, 56%, no Brasil 57%, no Chile 85%, no Equador 89% e na Venezuela 50%. Não foi possível identificar a existência ou não da categoria povo em 19% das imagens da Bolívia, em 3% das imagens do Brasil, 4% das imagens do Chile e em 11% e 20% das imagens do Equador e Venezuela respectivamente.

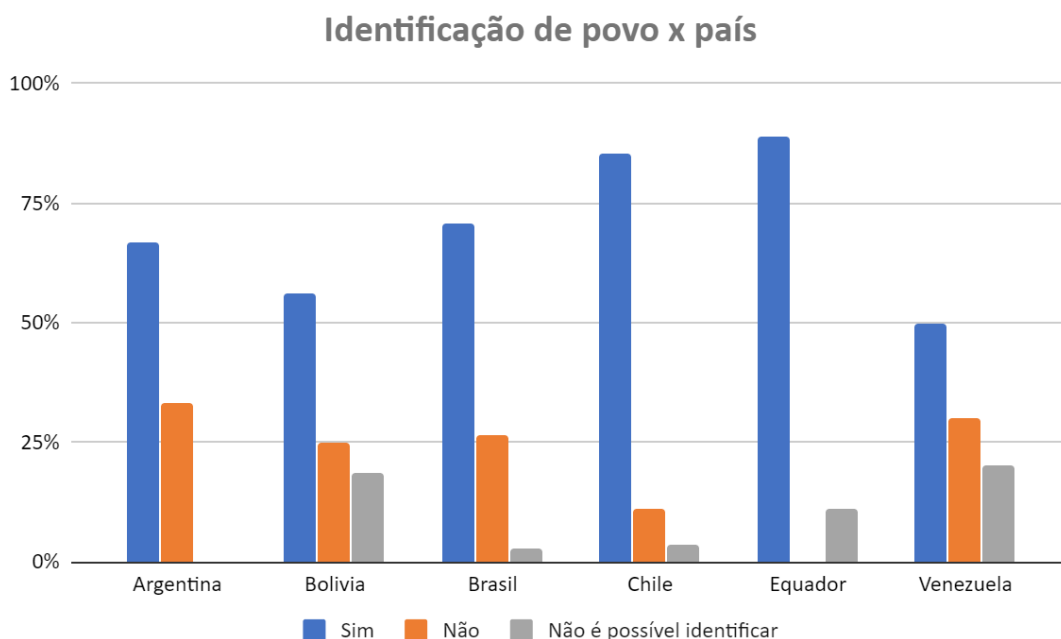


FIGURA 1: Gráfico de identificação de povo por país  
 FONTE: Autores

A ideia de povo pode ser caracterizada de muitas maneiras, desde a multidão de pessoas (Fig 2) - imagem encontrada em protestos de todos os países - até grupos de pessoas de determinados povos pertencentes ao país, como no caso dos indígenas no protestos nacionais do Equador, ou o protagonismo dos agricultores cocaleros e de povos indígenas de várias partes da Bolívia, no caso da deposição de Evo Morales, ou no Brasil as mulheres indígenas na frente da Esplanada dos Ministérios. A ideia de povo pode ser observada também a partir de performances coletivas como a das mulheres chilenas ou das mulheres equatorianas, com as mãos levantadas em punho. Na imagem abaixo, um exemplo para elucidar o que foi compreendido como “povo” na análise.



FIGURA 2- Protesto contra a austeridade no Equador, outubro de 2019, da Agência Pública

A vulnerabilidade explícita e inscrita nos corpos também foi um elemento de observação nas análises coletadas. Foi observado se existia uma exposição desproporcional ao sofrimento, analisando-se principalmente as expressões físicas e faciais dos sujeitos enquadrados nas fotografias. Classificamos como “sim”, as imagens possuíam expressões físicas ou faciais de sofrimento; “não” quando as imagens não possuíam tais expressões ou “não é possível identificar”, quando não conseguimos classificar as imagens. Das imagens coletadas dos protestos da Argentina, nenhuma delas foi observado vulnerabilidade como sofrimento, 83% delas não foi observado vulnerabilidades como sofrimento e 17% delas não foi possível identificar. Nas imagens da Bolívia, 50% delas possuíam vulnerabilidade como sofrimento, 19% não possuíam e 31% delas não foi possível identificar. No Brasil, 15% das imagens possuíam vulnerabilidade como sofrimento, 59% não possuíam e não foi possível identificar em 26% delas. No Chile, 68% das imagens era possível identificar sofrimento nas feições e/ou corpos, e em 32% não era possível observar. Nas imagens do Equador, 75% era possível perceber sofrimento e 25% não foi possível identificar. Por fim, na Venezuela, 20% das imagens identificamos sofrimento, 70% delas não identificamos e em 10% não foi possível identificar, conforme Figura 3.

## Vulnerabilidade como sofrimento

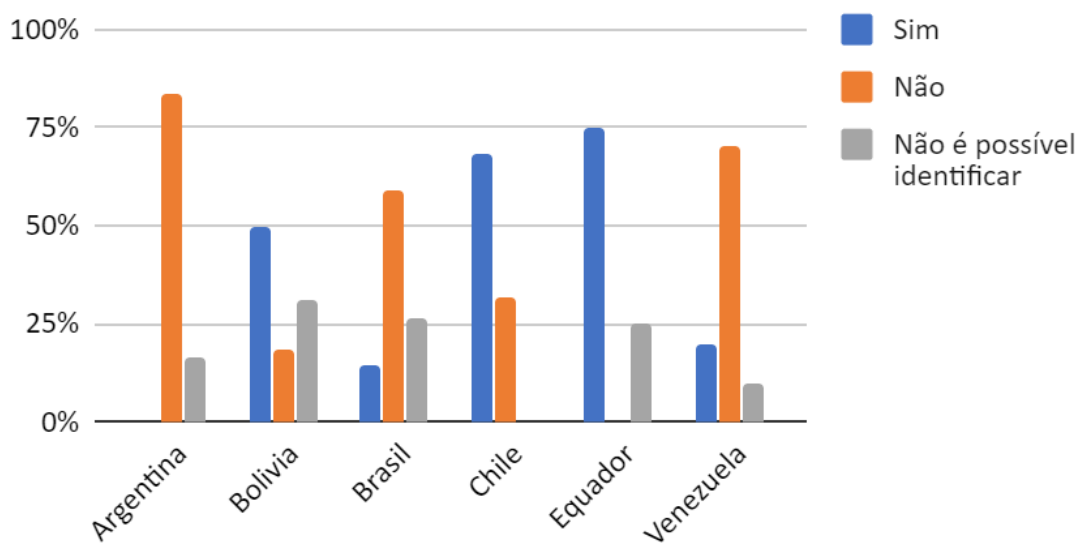


FIGURA 3: Gráfico de identificação de vulnerabilidade como sofrimento por país  
 FONTE: Autores

Das 15 imagens que mostravam confrontos violentos, 13 contavam com a presença da polícia. Das 32 imagens que mostravam confrontos sem o uso direto da violência, 15 contavam com a presença da polícia. Das 37 imagens que demonstram sofrimento, 21 contavam com a presença da polícia.

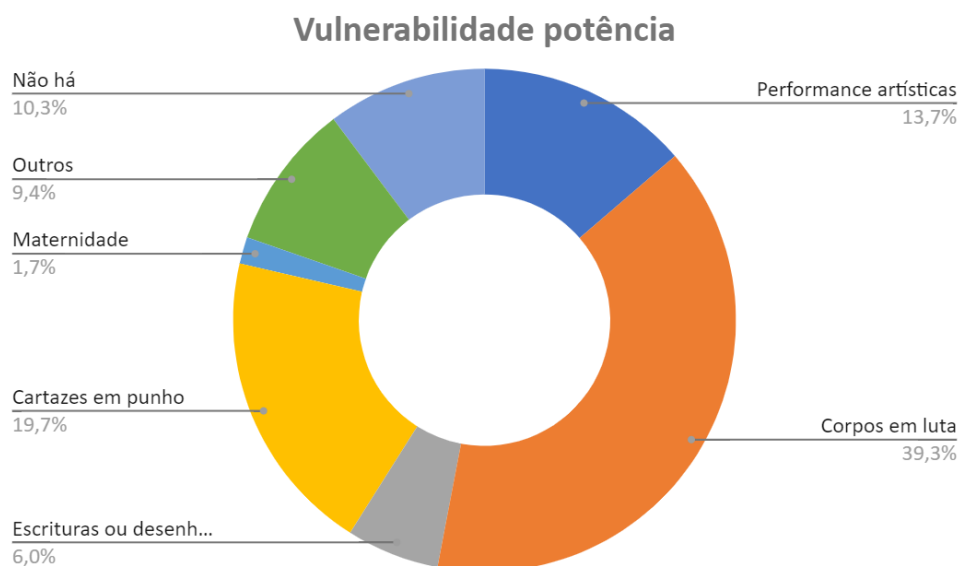


FIGURA 4: Gráfico de identificação das vulnerabilidades potência  
 FONTE: Autores

As vulnerabilidades como potência foram classificadas (Fig 4) de acordo com a presença de performances artísticas (uma potência para criação e fomento de múltiplas formas de existência e resistência), corpos em luta (punhos cerrados, palavras/gritos de ordem e enfrentamento a polícia, como na FIGURA 5), escritura ou desenhos nos corpos, corpos que levantam cartazes (cartazes em punho), maternidade, e outros. Em 39,3% das imagens foram encontrados corpos em lutas; 19,7%, cartazes em punho; 13,7%, performances artísticas; 10,3%, não havia vulnerabilidade potência; 9,4% existiam outras formas de vulnerabilidade potência; 6% das imagens possuíam escrituras ou desenhos nos corpos; e 1,7% existiam corpos maternos.



FIGURA 5- Protesto do Dia Internacional de Mulher (8M), em março de 2019, no Brasil

Especialmente no caso Chileno, os corpos de mulheres demonstram sua potência através da performance. Nessas imagens não há confronto violento. É, na verdade, uma representação de toda violência do Estado diante da reação popular às precariedades impostas aos corpos de muitas outras pessoas. Além da violência generalizada, e aquela de técnicas muito específicas, como o fato de cegar manifestantes, os corpos das mulheres falam de uma impossibilidade ainda maior de estar nas ruas, que é o abuso sexual sofrido por muitas durante os protestos. A performance conhecida como “Un violador en tu camino” ou “El Violador Eres Tú” reitera em sua canção que “o Estado opressor é um macho estuprador” (Figura 6). A



assimilação da realidade chilena se deu, não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, onde mulheres reconheceram a necropolítica que escolhe quem vive e morre, ativamente ou pela negligência, e que está nas decisões estatais e institucionais. O mesmo pode ser considerado na Argentina (FIGURA 7)



FIGURA 6 - Performance “El violador eres tu”, em novembro de 2019, no Chile

Apesar de não estarem em confronto violento direto com o Estado e sua polícia, em sua performance carregam signos que remetem às violações, sejam as vendas, a liberdade pela escolha das vestimentas - curtas, decotadas, etc - os punhos em riste, em demonstração de resistência. Em alguns momentos, tintas recobrem seus corpos, com dizeres e representações visuais, como a tinta vermelha que escorre da região pélvica e dos ferimentos simulados, referenciando - ainda - o período ditatorial chileno. Diante da potencial violência, e as vulnerabilidades e precariedades que se desdobram dela, além dos desafios para reivindicar por melhores condições de vida, algumas mulheres levam à público demandas de muitas outras, na sua presença em aliança nas ruas.



FIGURA 7 - Protesto contra o feminicídio, em junho de 2019, na Argentina

## 5. O que as imagens nos dizem?

### a) *Quem é o povo?*

Ao descrevermos na forma de códigos o conteúdo dessas imagens analisadas aqui, optamos por compreender as presença dos corpos das mulheres como repertórios em performatividade. Um primeiro eixo de nossa análise indicou que a performatividade de assembleia constitui e conforma um imaginário ou entendimento de povo. Como explica Butler, a ideia de um *nós* configurada pelas imagens inclui e exclui, mas tem a vantagem de tornar visível precariedades outrora fora da esfera do aparecimento. Desse modo, estrategicamente ou não, as mulheres se valem das alianças nas ruas de modo a buscar fazerem parte do espaço do aparecimento e, assim, serem incluídas entre aqueles que são considerados como povo.

Nossas análises evidenciam que a performatividade da aliança entre essas mulheres é um poderoso repertório de ação coletiva. Em 76% das imagens esse repertório foi identificado seja na forma de pequenos ou grandes agrupamentos. O uso de bandeiras ou de objetos culturais de um povo é outra forma de demarcar um *nós*. Em cerca de 30% das imagens foram identificadas bandeiras em 14% elementos culturais.

Cabe destacar que os povos ancestrais da América Latina, os indígenas, tiveram papel importante nas manifestações da Primavera Latina, pessoas que estiveram ou estão, em geral, fora da esfera do aparecimento. Ficou famosa a imagem dos Mapuche no Chile, viralizada nas redes sociais e incorporada por jornais. Uma composição da ideia de povo multidão, somada à ideia de direito originário a partir do hasteamento da bandeira. Os Mapuche são um povo originário do Chile e da Argentina, conhecidos por sua resistência contra a desapropriação de terras. Dessa maneira, um dos repertórios da performatividade resulta, sem dúvida, numa reconfiguração/ retomada da ideia de povo como aqueles ancestrais que primeiro habitaram essas terras.



FIGURA 8: Bandeira Mapuche, em protesto no Chile

As mulheres indígenas bolivianas também marcam a ancestralidade do povo boliviano nas imagens em defesa de Evo. Suas imagens tensionam com outras imagens dos opositores do ex-presidente as quais se utilizam também de signos como bandeiras para fazer valer sua ideia de povo. No caso da Bolívia, é evidente nas fotografias a tensão sobre quem é esse povo que clama por direitos.

Os corpos em aliança, Butler vai dizer, operam também como frestas nas esfera do aparecimento. A liberdade de assembleia está justamente em poder propor novas formas de aparecimento e novas reconfigurações sobre o direito de aparecer. O tensionamento sobre a definição de povo, ou povos, na Bolívia, é parte dos resultados dessa demanda pelo direito de aparecer. O ponto aqui é como distinguir esses corpos em aliança. Nossa pesquisa se filiou à ideia de vulnerabilidade em Butler justamente para fazer valer a expressão daqueles que, a princípio, estão excluídos da esfera da representação e do aparecimento. Entretanto, mulheres oponentes de Evo também foram às ruas expressarem suas vulnerabilidades capturadas em nossa coleta.

#### ***b) Um novo colonialismo?***

O contexto de eclosão dos diversos protestos na América Latina foi o aumento das desigualdades sociais, motivadas principalmente pelas medidas neoliberais implantadas na região. O continente também observou ganhos democráticos e redução de desigualdades nos últimos vinte anos - a chamada Onda Rosa - que estão sendo ameaçados pela ascensão de ideais autoritários e violentos em vários países.

Nossas imagens nos permitem ver que há em alguns países enfrentamentos que reivindicam condições básicas de vida em todos os países, sendo o foco do conflito a política institucional na Bolívia. Como mencionou Tertuliana Lustosa (2016), o que foi “digerido” pelos artistas modernistas brasileiros não foi a cultura erudita europeia, mas justamente a cultura popular e os modos de vida, apropriados como um valor de commodity, exotizada e embalada para satisfazer o público europeu e render lucros aos artistas, originários de famílias de elite e com muitos privilégios. Dessa forma, não era necessário que os europeus colonizassem de novo as Américas, os próprios americanos, a própria elite americana, cumpria esse papel.

Podemos adaptar essas reflexões de Lustosa (2016) para o contexto atual da América Latina, em que as elites advogam para uma precarização do trabalho, dos serviços e das

condições de vida, como se a presença do Estado fosse prejudicial ao desenvolvimento e a melhoria de vida, como se todas as políticas públicas fossem ineficientes. As elites latino americanas mantêm a colonização de outro modo, assim, o *povo*, apropriam de suas riquezas e culturas para benefício próprio, o que só intensifica as desigualdades no Continente.

As mulheres, então, são as que mais sentem essa intensificação da precariedade e violência. Para além das diversas denúncias de estupros por parte de oficiais nos protestos, são as mulheres que sofrem com a falta de escolas para seus filhos, de segurança na cidade e nos transportes públicos, de água para suas casas, uma vez que é culturalmente destinado às mulheres as tarefas domésticas. Não é sem motivo, que em todos os protestos de 2019, a presença feminina foi marcante, mesmo que esses protestos não tenham sido protagonizados por mulheres.

O Estado que negligencia as necessidades femininas age em favor de uma necropolítica, entendida para Mbembe (2016) como uma forma de política que não trabalha para reparação de vulnerabilidades. Muito pelo contrário, na necropolítica (idem) o Estado promove condições precárias ao não garantir estruturas básicas a determinadas populações e até a utilizar de uma violência desproporcional a populações que ousam desordenar a distribuição da vulnerabilidade.

Um exemplo disso são as periferias latino americanas que são negligenciadas de serviços básicos, como o saneamento, educação e transporte, em contrapartida há um excesso de ações policiais truculentas, com um pretexto de controle ao tráfico de drogas que também acarreta no controle ao lazer, circulação e aglomeração de pessoas das e nas periferias.

Na Argentina, a subserviência de Augusto Macri, às imposições do FMI, não foram capazes de solucionar problemas econômicos do país, que viu sua moeda se desvalorizar ainda mais no mercado internacional durante seu governo. No Brasil, as agendas de reforma e contingenciamento de políticas sociais não produzem efeitos na superação da crise que o país enfrenta desde 2015, e mesmo com a adoção de medidas neoliberais, registra encolhimento da indústria e baixo crescimento dos postos de trabalho. Na Bolívia, políticas de reestatização de serviços básicos como o saneamento se veem ameaçadas pela elite econômica do país. No Chile, a constituição herdada de Pinochet começa a gerar efeitos nefastos na população, com um custo elevado da falta de previdência social e saneamento básico público a população. No Equador.

***c) O corpo como lugar da luta***

Acreditamos que ao mesmo tempo em que as vulnerabilidades se expressam por meio da violência dos confrontos, elas podem se transformar em força a partir dos corpos em aliança. Não se trata de pensar em resultados imediatos ou eficácia política, mas nas condições possíveis do aparecimento que tornam os sujeitos anteriormente apartados, capazes de promoverem novos regimes de visibilidade. Em seu argumento, afirma que Butler propõe que essas aglomerações de pessoas façam pelo menos duas coisas: se reúnam e movam-se juntos, reivindicando um certo espaço como espaço público.

Nossas imagens revelaram que vários são os modos performativos para transformarem essas vulnerabilidades em luta, conforme Tilly e Butler, de modo articulado, nos possibilita analisar.

## Referências

- ALEXANDER, J. From the depths of despair: performance, counterperformance and “September 11”. In: Alexander, Jeffrey C.; Giesen, Bernhard & Mast, Jason L. (orgs.). **Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 87-105
- BARTHES, R. **Image, music, text**. London: Fontana Press, 1977
- BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Panorama Social da América Latina, 2019**. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020
- FEOLA, Michael. The Body Politic: Bodily Spectacle and Democratic Agency. **Political Theory**, v. 46, n. 2, p. 197-217, 2018.
- GILSON, E. **The Ethics of Vulnerability: A Feminist Analysis of Social Life and Practice**. New York: Routledge, 2014.
- GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes - de Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- MELUCCI, A. The process of collective identity. In: Johnston, Hank & Klandermans, Bert (orgs.). **Social movements and culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995, p. 41-63.
- MIRZOEFF, N. **The right to look: A counterhistory of visibility**. Durham, NC: Duke, 2011
- PHILLIPS, A. (2012). Visual protest material as empirical data. **Visual Communication**, 11(1), 2012, p. 3–21.
- PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano 2019**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>>. Acesso 26 de fev. 2020.
- SONTAG, S. **Diante da dor do outro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Identities, boundaries & social ties**. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.
- \_\_\_\_\_; TARROW, S.; MCADAM, D. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, 2009, 76, p. 11-48.